

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011 – NÚMERO 9:

Aos dezanove dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Pereira e Luís Filipe Silva Garrotes, Vereadores.-----

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram 17 horas e 50 minutos.

Registou-se a ausência da Vereadora Regina Ferreira e do Vereador Mário Peixinho.

Tendo em conta que havia um munícipe no público, o Presidente sugeriu que se antecipasse o período de intervenção do público para o início da sessão.

PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Intervenção do munícipe Vasco Silva em representação da sua mulher, e proprietária do Lote 18 do Loteamento do Fino. O munícipe veio à reunião de Câmara para mais uma vez expor a sua situação e tentar sensibilizar o Executivo para a resolução do seu problema. A mulher do munícipe é proprietária do lote citado, mas não pode construir nele nem vendê-lo, dado que o lote não foi aprovado pela CCDR aquando da aprovação do PDM em vigor. Este é um assunto antigo, que vem já do tempo do anterior Executivo, que nada fez para tentar resolvê-lo, pelo contrário, sempre demonstraram o seu desinteresse. Assim, o actual Presidente foi a primeira pessoa, ao fim de tantos anos, que realmente se dignou a tomar a sério a sua pretensão, uma vez que já concedeu audiência ao munícipe duas ou três vezes. Esta situação causa muitos prejuízos ao munícipe, quanto mais não seja por ser proprietário de um bem do qual não pode usufruir nem livrar-se dele. Com o agravo de o munícipe ter de pagar IMI, o que vem acrescentar a despesa com um bem inútil. O munícipe já fez por isso chegar à Câmara um pedido de devolução do valor de IMI que pagou, o que considera ser de inteira justiça dadas as circunstâncias. -----

O Presidente explicou ao munícipe que, de acordo com as regras e a necessidade de aprovação por parte das entidades que regulam esta área, nomeadamente a CCDR, a única forma de sanar o problema seria incluir o loteamento na revisão de PDM, algo que ainda assim demorará algum tempo, embora se aponte a conclusão da revisão do PDM para o final do ano. Quanto à consideração do munícipe que qualifica de injustiça o pagamento de IMI por um terreno que não pode usufruir, o Presidente afirmou estar plenamente de acordo, mas lembrou o ponto de vista legal para deliberar a devolução do IMI, já foi contactado o consultor jurídico da Câmara para emitir parecer, estando-se de momento a aguardar a resposta.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Vereador Luís Garrotes perguntou por novidades relativamente ao Parque de Campismo, nomeadamente sobre a hipótese de lançamento de concurso para a concessão do espaço ou,

pelo contrário, a hipótese de englobar o Parque de Campismo num projecto mais global de desenvolvimento turístico. -----

Perguntou em seguida pelo projecto da candidatura da Cultura Avieira a património nacional. Pretende o Vereador saber se há novidades nesse campo e se já existe algum relatório ou documento síntese das actividades que têm sido levadas a cabo no âmbito do projecto.-----

O Vereador deu conta de algumas obras a decorrer na Vila sob a alçada da Tagus Gás. Perguntou se se trata de uma obra que se vai estender a toda a malha urbana da Vila ou se se vai cingir às ruas que estão a ser intervencionadas. O Vereador sabe que as pessoas que na vila já tiveram oportunidade de trocar para gás natural estão satisfeitas com a mudança, pelo que sugeriu que a Câmara tentasse salvaguardar o interesse da população junto da empresa, fazendo pressão para que esta estenda ao máximo possível a sua rede de distribuição.-----

Perguntou também por novidades relativamente ao programa Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS), até porque soube que a Fundação José Relvas promoveu uma Assembleia de Contribuintes para aprovação das contas na qual se voltou a falar da intenção da Fundação de tentar obter o reembolso por parte da Segurança Social do valor dos vencimentos correspondentes àquele período após a celebração dos contractos com o coordenador e os outros dois técnicos. O Vereador não vê mal nisso, na condição de que a verba que estava destinada ao projecto se mantenha para poder ser executada se depois se concretizar o projecto com a ARPICA.-----

Ainda sobre a Fundação, o Vereador perguntou por desenvolvimentos relativamente à vigência do mandato da direcção desta Instituição, cujo mandato terminava em 2008. Supostamente já deveria ter havido uma Assembleia de Contribuintes e eleição de uma nova direcção. O Vereador perguntou se esse assunto já foi discutido nas reuniões do Conselho de Administração. -----

O Vereador referiu-se ainda à iluminação da barragem, embora tivesse deixado a questão para outra altura dado que o Vereador Mário Peixinho não estava presente. -----

Antes de responder às questões, o Presidente apresentou em nome da Câmara uma proposta de saudação ao atleta Miguel Arraiolos pela conquista do título de Campeão Europeu Sub-23 de Duetlo. -----

Em relação ao Parque de Campismo, o caderno de encargos e o projecto de concessão do espaço estão já numa fase avançada de acabamento. Existe ainda, além disso, o trabalho paralelo que o Executivo tem tido com entidades com quem se têm reunido no sentido de encontrar algumas propostas de solução para aquele espaço. Em todo o caso, estará para breve a discussão do assunto em Reunião de Câmara.-----

Quanto ao projecto da Cultura Avieira, o Presidente informou que não tem tido ultimamente contactos institucionais com o consórcio, à excepção de uma reunião com a Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Santarém que veio solicitar a presença da Autarquia numa reunião com a CCDR em Lisboa para procurar discutir e resolver alguns problemas relacionados com

questões de enquadramento do espaço da Aldeia do Patacão ao nível da propriedade, etc. Na altura o Presidente mostrou-se disponível para reunir, mas entretanto a Câmara recebeu um telefonema da parte do Instituto Politécnico dizendo que por iniciativa da CCDR tinha sido proposto que nessa reunião só estivesse representado o Instituto Politécnico de Santarém e um elemento em representação do Consórcio, pelo que a Câmara de Alpiarça não pôde participar nessa reunião, metodologia que o Presidente estranhou, até porque para além das duas entidades que foram convocadas, apenas a Câmara de Alpiarça se mostrou disponível para essa reunião. Desde essa altura, não foram encetados mais contactos. -----

Relativamente às obras da Tagus Gás, o Presidente vai de confirmar com o Vereador Mário Peixinho e com o Eng. José Portugal o que é que há sobre este assunto e eventualmente marcar uma reunião com a empresa para esclarecer esta questão e outras, nomeadamente no que respeita à reposição da pavimentação. -----

Quanto ao CLDS, o Vereador Carlos Pereira adiantou que na última Assembleia da Fundação, um contribuinte, no caso o contribuinte Joaquim Luís Rosa do Céu, manifestou a opinião de que a Fundação deveria reaver o dinheiro que investiu no pagamento dos vencimentos dos técnicos que tinha contratado, assunto que acabou por não ter mais desenvolvimentos. Posto isto, o Vereador trouxe à reunião uma troca de correspondência com a Eng.ª Anabela Rato, da Segurança Social, na qual ela dava conta do parecer que dizia que a ARPICA não reunia condições administrativas para encabeçar o projecto. Acontece que a Segurança Social voltou com a palavra atrás, dizendo que o primeiro parecer que emitiram não correspondia à verdade, que o processo estava em Lisboa à espera de parecer e que se iria chegar com certeza a um entendimento. Entretanto o parecer chegou, dando conta do indeferimento da candidatura do projecto de Alpiarça com base no ponto nº3 do regulamento. Ora o que o ponto nº3 diz é que “a existência de discórdia entre as alterações propostas pela Câmara Municipal e o parecer do CLAS é motivo de indeferimento da candidatura”. Acontece que em tempo algum houve discórdia entre o CLAS e a Câmara Municipal. O único desacordo que existiu foi entre a Câmara e a entidade coordenadora do projecto, à época, a Fundação José Relvas, pelo que o argumento não faz o mínimo sentido e o Vereador já contrapôs esta decisão, estando de momento a aguardar a resposta.-----

Relativamente ao mandato da direcção da Fundação José Relvas, que terminava em 2008, o Vereador declarou que por várias vezes tem tocado nesse assunto aquando das reuniões da Assembleia dessa instituição, e que lhe respondem que as Finanças ainda não lhes entregaram a listagem com os maiores contribuintes de Alpiarça, o que inviabiliza a tomada de posse de uma nova direcção. -----Depois de reler a saudação ao atleta Miguel Arraiolos, o Presidente colocou-o à votação.-----

A saudação foi aprovada por unanimidade. -----

ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE:

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

VÁRIOS:

- Modificação ao Orçamento – Alteração nº7.

- Modificação às GOP's – Alteração nº6.

Tomou-se conhecimento.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- Relatório e Contas Exercício de 2010.

O Presidente passou a apresentar o Relatório e Contas do primeiro ano completo de exercício deste Executivo. Começou por lembrar que após tomada de posse, o Executivo verificou que existia uma situação de insustentabilidade económica nas contas da Autarquia, situação que foi corroborada pelo Tribunal de Contas já em 2011, ao aprovar o Plano de Saneamento Financeiro que o Executivo elaborou para retirar a Câmara da situação em que se encontrava. Para além disso, o ano de 2010 foi marcado pela conjuntura económica nacional. A introdução dos diferentes Programas de Estabilidade e Crescimento do Governo foi bastante penalizadora para as autarquias, da mesma forma que o conteúdo do Orçamentos de Estado para 2010 e 2011 retirava às autarquias grande parte das verbas que tinham ao seu dispor. Apesar de toda esta conjuntura negativa, a Câmara de Alpiarça conseguiu fazer frente a um conjunto de intervenções que estavam lançadas e que já durante este ano tiveram uma execução bastante satisfatória, tendo o município de Alpiarça conseguido a 4ª maior taxa de Execução dentre os 11 municípios que compõem a CIMLT. O Presidente referiu-se sobretudo à Casa dos Patudos e ao Centro Escolar, obras que só por si esgotam praticamente a verba destinada a Alpiarça no âmbito da contratualização pela Comunidade Inter Municipal. Para além dessas obras foram ainda executadas muitas outras intervenções por administração directa da autarquia, facto que o Presidente salientou com exemplos: edifícios públicos, edifícios municipais, escolas, bombeiros, piscinas, caminhos rurais, zona industrial, etc. -----

Em 2010 ficou também provado que mesmo poupando nos recursos e nas despesas se conseguem realizar iniciativas, eventos, comemorações e parcerias de qualidade. -----

O ano 2010 ficou ainda marcado pelo êxito que se obteve na aplicação de medidas constantes no Plano de Saneamento Financeiro, o que fez com que a despesa global tivesse uma redução na ordem dos 18,36%. O Presidente lembrou que durante o ano de 2010 o Plano não esteve em execução formal dado que carecia de visto do Tribunal de Contas, embora se tivessem aplicado algumas das medidas nele constantes. Os cortes da despesa incidiram sobretudo nos juros e encargos bancários (redução de 68,40%), despesas correntes (redução de 47%) e aquisição de bens e serviços (redução de 32%). -----

O Vereador Carlos Pereira referiu também que este relatório é o primeiro que se reporta apenas à acção deste Executivo, e acrescentou que isso foi importante para fazer algumas alterações quer ao nível do aspecto do relatório quer ao nível da sua estruturação de forma a

torná-lo mais claro. O Vereador salientou ainda o trabalho do José Marcelino e da Dr.ª Maria do Céu na elaboração deste relatório. -----

O Vereador Luís Garrotes começou por comentar a apresentação do relatório, que segundo a sua opinião enquadra melhor as rubricas e torna-as mais perceptíveis, no que representa uma clara melhoria em relação ao ano transacto. -----

Quanto ao conteúdo da nota introdutória, o Vereador referiu-se às obras destacadas pelo relatório, algumas delas iniciadas pelo anterior Executivo, e comentou a construção do parque de estacionamento à entrada da Vila, junto do Jardim José Relvas, o Vereador não acha bem a colocação de folhas de zinco a servir de muro. O relatório menciona ainda com algum destaque uma série de intervenções de limpeza, pintura, conservação e remodelação, o que na opinião do Vereador não passam de intervenções de actividade corrente de manutenção dos equipamentos. -----

Em relação às actividades, rubrica na qual o Executivo destaca a realização do Festival do Melão, o Vereador lembrou que tem uma opinião contrária à do Executivo quanto ao êxito do certame. O Vereador continua a ter muitas reservas quanto a esta opção de se realizar este Festival em detrimento da Feira do Vinho. -----

O Vereador comentou também a afirmação com que o Presidente termina a introdução do relatório dizendo que o rigor nos tempos difíceis que vivemos terá de continuar a ser o pressuposto essencial para a gestão do município. O Vereador entende que o rigor, independentemente dos tempos que se vivam, deve ser o pressuposto essencial para a gestão de um município, pelo que a afirmação acaba por ser redundante. -----No quadro do passivo, o Vereador encontra um valor que entra em contradição com o rigor e com a contenção de despesa proclamados na nota introdutória, já que a dívida a terceiros e curto prazo sofreu um aumento de 330 mil euros. -----

Por sua vez, o quadro da despesa apresenta uma variante negativa no valor da despesa do pessoal. Tendo em conta que se celebraram novos contratos e se manteve o quadro de pessoal, o Vereador perguntou como é que pode ter havido essa redução. -----

O Vereador referiu-se ainda à pretensa necessidade de integração de recursos humanos mais qualificados, opinião com a qual em parte concorda, mas acrescenta que esta ideia vai contra um dos pontos do plano de saneamento que apontava para a contenção na contratação de pessoal. O Vereador pergunta se se trata de uma mera constatação ou se se traduz numa intenção de contratar técnicos mais qualificados. -----

Na área da acção social não aparece nenhum registo referente à actividade do CLDS, mas o que é facto é que a equipa da acção social e o Vereador Carlos Pereira tiveram algum trabalho com esse projecto, pelo que seria de constar no relatório. -----O Vereador perguntou se não se tinha realizado uma iniciativa de incentivo à prática de natação e hidroginástica que a Câmara tinha levado a cabo noutros anos e que consistia na promoção de aulas grátis dessa modalidade durante a época do Verão. Muitas das pessoas que assistiam a

essas aulas ingressavam na escola de natação no Inverno, pelo que o Vereador entende que seria uma medida a manter, deixando por isso o desafio ao Executivo.-----Por último, o Vereador referiu-se ao apoio à motonáutica, apoio que se tinha começado a negociar ainda durante o mandato anterior, mas do qual o Vereador perdeu o rasto. Pretende por isso saber o que aconteceu em 2010 relativamente a este assunto, acentuando que considera um apoio merecido e que deve ser continuado. -----

Quanto a esta última questão, o Vereador Carlos Pereira informou que o apoio não só se manteve como foi aumentado.-----

Quanto à dívida a terceiros e curto prazo, que este ano sobe 330 mil euros, o Vereador explicou que se trata sobretudo das obras da Casa dos Patudos e do Centro Escolar, que têm sido pagos com recursos próprios em detrimento de outros fornecedores, a quem se fica por isso a dever. A diminuição das transferências do Governo para a Autarquia ajuda também a explicar em grande medida esse aumento. Para além disso, existem outras facturas que transitaram do ano passado e que só foram consignadas em 2010.-----

O presidente informou ainda do esforço levado a cabo pelos serviços na redução da rubrica Imobilizado em curso, a sua correcção e correcta contabilização é fundamental para aferir a real situação patrimonial do Município, mas também, para o cumprimento das regras do POCAL, este procedimento iniciado no final de 2009, é como referiu a Dra. Maria do Céu um dos objectivos dos trabalhadores afectos a esta área, prevendo-se a sua completa regularização até ao final do mandato. Sinal disso também é a nomeação de nova comissão de avaliação que vai a esta reunião do executivo. -----

No que toca à evolução da despesa com pessoal, o Vereador Carlos Pereira explicou que o abatimento na despesa se deve à redução das horas extraordinárias. Para além disso, explicou o Assessor do Presidente, José Marcelino, algumas das pessoas em Programa de Ocupação Profissional que vieram substituir outros funcionários auferiam ordenados mais baixos.-----

Relativamente à constatação da falta de pessoal qualificado, o Presidente explicou que se trata disso mesmo, mera constatação, dada a conjuntura económica que se vive. -----

Deliberado por maioria, com uma abstenção do Vereador Luís Garrotes, concordar com o Relatório de Gestão e com a aplicação dos resultados e documentos de prestação de contas de 2010 do Município de Alpiarça. Submeter à apreciação da Assembleia Municipal. -----

OBRAS

- Serviço Técnico de Obras – Informação Técnica de 14/03-2011. Remodelação e Beneficiação do Museu dos Patudos – Casa dos Patudos – 2ª Fase Trabalhos Adicionais.

Deliberado por unanimidade aprovar este 2º adicional ao contrato de remodelação e beneficiação da Casa dos Patudos, de acordo com informação técnica. -----

- Serviço Técnico de Obras – Informação Interna nº53/2011. Agromais – Entreposto Comercial Agrícola, CRL Processo nº C/6.

Deliberado por unanimidade emitir declaração de inexistência de localização alternativa para a implantação de silo de cereais, de acordo com o parecer técnico. -----

TAXAS E LICENÇAS

- Centro Popular de Cultura e Recreio do Casalinho – Licença Especial de Ruído c/ Isenção de Taxa.

Deliberado por unanimidade emitir licença especial de ruído até às 3h e ratificar a isenção de taxas. -----

- Moto Clube Charrua – Licença Especial de Ruído c/ Isenção de Taxa.

Deliberado por unanimidade emitir licença especial de ruído até às 3h e ratificar a isenção de taxas. -----

- Alteração da Comissão de Inventário e Cadastro do Património.

Segundo proposta apresentada pelo Vereador Carlos Pereira, a Comissão será composta pelos seguintes nomes:

- Eng.ª Carla Cunha

- Arq. Artur Cabreira

- Dr.ª Ana Sofia Fonseca

- Sr. António Vaz

Deliberado por unanimidade concordar com a proposta e revogar a anterior constituição da Comissão. -----

INFORMAÇÕES

- Comunicação da Federação de Triatlo de Portugal – Agradecimento.

Tomou-se conhecimento deste agradecimento e deliberou-se dar conhecimento às entidades e pessoas referenciadas.-----

- Informação Interna 14/2011 – Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. Ratificação da decisão de contratação do empréstimo autorizado de 200 mil euros.

Fora da ordem do dia, o Presidente propôs a entrada de dois pontos referentes à aprovação por parte do Governo do excepcionamento do empréstimo com vista à conclusão das obras na Casa dos Patudos.-----

Colocou-se à votação a entrada do ponto referente à ratificação da decisão de contratação de empréstimo, conforme Informação Interna 14/2011. -----

A entrada do ponto foi aprovada por unanimidade. -----

Deliberado por unanimidade ratificar a decisão de contrair junto de uma entidade bancária um empréstimo no valor de duzentos mil euros. -----

- Informação Interna 16/2011 – Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. Proposta de autorização da contratação do Empréstimo.

O Presidente começou por explicar que este ponto dá nota das diligências tomadas junto das entidades bancárias para se proceder à selecção de uma proposta para este empréstimo excepcionado. O Presidente explicou que foram inquiridas 11 entidades bancárias, e que destas responderam apenas 4 (BES, Millenium/BCP, BPI e Caixa Geral de Depósitos. Destas 4, a Caixa Geral de Depósitos foi a única que apresentou uma proposta que cobria as pretensões.

Deliberado por unanimidade a entrada deste ponto. -----

O Presidente propôs que se votasse a autorização da contratação do Empréstimo à Caixa Geral de Depósitos, nas condições constantes da Informação Interna de 16/2011. -----

A fim de aligeirar os procedimentos, até porque a autorização do excepcionamento foi morosa e atrasou o processo, foi delegado no Presidente da Câmara a aprovação do contrato e respectivas cláusulas contratuais com a Caixa Geral de Depósitos, e remeter à Assembleia Municipal para apreciação e votação desta proposta.-----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção do Vereador Luís Garrotes. -----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Câmara, eram vinte e uma horas e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Câmara, a redigi e assino. -----